

# I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



### A IMPLEMENTAÇÃO DA HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Angélica Bort<sup>1</sup>

O cenário educacional é composto por uma gama significativa, complexa e variada de elementos, no qual observa-se sujeitos históricos com uma bagagem de especificidades que precisam ser respeitadas e estimuladas de maneira justa e adequada para que o pleno desenvolvimento ocorra. Nessa vertente, o estudo baseia-se no eixo temático “*Práticas educacionais inclusivas*”, com a premissa de propor uma análise sobre como práticas humanizadas podem contribuir com novos direcionamentos sobre o aluno com deficiência diante o processo de ensino.

Nesse sentido, como problemas de pesquisa, as seguintes questões norteadoras: A escola reconhece o aluno com deficiência em todos os aspectos (como um ser biopsicossocial) para contribuir no processo de ensino? A concepção de humanização pode trazer benefícios aos processos pedagógicos? A partir das problemáticas estabelecidas, o presente estudo tem como objetivo desenvolver uma análise crítica e reflexiva sobre como as práticas educativas humanizadas, bem como a aplicabilidade junto ao processo de ensino do aluno com deficiência, pode resultar em benefícios. Em relação à metodologia da pesquisa, o trabalho pauta-se em uma revisão bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa.

Ao referenciar o contexto do aluno com deficiência, essas especificidades se tornam mais enigmáticas, abrangentes e desafiadoras, abrindo assim um leque de questionamentos e reflexões sobre os processos educativos. O aluno com deficiência faz parte da escola assim como qualquer outro e, nessa perspectiva, este estudo se torna de suma importância para refletirmos sobre como este processo está acontecendo. Tal processo caracteriza-se como complexo e dinâmico, no qual ao deparar-se com o entendimento e clarificação da concepção sobre humanização, pode vir a estabelecer novas metodologias, dialéticas e vivências para as práticas educativas. Nesse sentido, define-se:

<sup>1</sup> Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. E-mail: angelbortt@gmail.com.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM  
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO  
UFFS

PARCERIA

Curso de  
Pedagogia



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ  
AMOSC  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

# I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



A palavra humanismo deriva de humano. Podemos definir um humanista como aquele que dá maior importância aos seres humanos, à vida humana e à dignidade humana. O humanismo enfatiza a liberdade do indivíduo, sua razão, suas oportunidades e seus direitos (GAARDER, HELLELN, NOTAKER, 2000, p. 247-248).

Sendo assim, poder-se-ia indagar que para um coletivo escolar humanista a palavra de ordem é Inclusão? Aspira-se que sim, pois, permitindo o alcance dos objetivos almejados e indo ao encontro das necessidades dos alunos, será necessário pensar em adaptações por parte de todo o coletivo escolar, contemplando os princípios da educação inclusiva, como segue:

A proposta de educação inclusiva implica o reconhecimento das diferenças e as adequadas condições para que essas não sejam obstáculo à formação; assim, linguagem em braile pode ser importante para os que têm deficiência visual; linguagem dos sinais pode ser importante para os que têm deficiência auditiva; falar mais pausadamente e utilizar mais recursos imagéticos pode ser importante para os que têm deficiência intelectual. A educação inclusiva, assim, não deve desconhecer as diferenças, mas proporcionar recursos para o cumprimento dos objetivos escolares (MARTINS 1989, p.48 apud MIRANDA; FILHO, 2012, p.42).

À vista disso, se o contexto educacional é visto de forma global e holística, tendo como sujeito do processo de aprendizagem o aluno com deficiência, é necessário analisar como este processo está acontecendo. Sendo assim, o conceito de humanização está sendo aplicado e de que forma o aluno está sendo compreendido? Vale ainda destacar:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana. (BRASIL, 2011a, p. 13 apud Santa Catarina, PCSC, 2014, p.70).

Nesta ótica, define-se humanização como valor, na medida em que resgata o respeito à vida humana e, assim, abrange circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em todo relacionamento humano (Brasil, 2001, p. 52), o qual abre uma vertente para levar essa concepção às práticas educativas. Assim sendo, não cabe apenas o professor mas ao coletivo escolar ampliar o olhar para o aluno com deficiência, entendo nesse processo que “a humanização é um processo amplo, demorado e complexo, ao qual se oferecem resistências, que envolve mudanças de comportamento, que sempre despertam insegurança e resistência”

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM  
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO  
UFFS

PARCERIA

Curso de  
Pedagogia

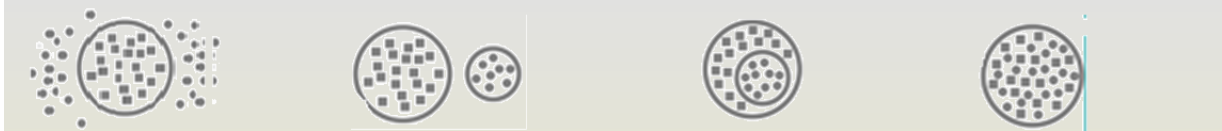


Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



# I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



(Oliveira, Collete; Viera, 2006, p.84). Com isso, como qualificar as práticas educativas com as mesmas dialéticas? Dessa maneira,

Apreeende-se, dessa forma, que as concepções de humanização abrangem múltiplas facetas: apontam para a ética nos relacionamentos, na garantia da comunicação com o outro, no cuidar do outro, no bom convívio social; outros autores consideraram fundamental investir na reflexão do tema como um conceito que orienta práticas, para que não se perca seu potencial transformador, acabando como mera repetição de uma palavra de ordem vazia e sem sentido. Também encontramos considerações importantes referentes à preocupação não com definições sobre o tema, mas sim com o que a humanização produz (LIMA et al., 2014, p. 940).

Sendo assim, entende-se como um fator de ampliação de igualdade e equidade humanizar o processo de ensino, dinamizando, resgatando possibilidades, respeitando as especificidades, assegurando os benefícios de um olhar diferenciado e global para o aluno com deficiência. Seguindo este contexto vários elementos são indispensáveis para a eficácia do percurso formativo, bem como a plena união e engajamento entre aluno, professor, escola, família, sistema educacional etc. Dito de outro modo, para que haja um espaço educativo inclusivo e aberto às especificidades, cabe ao professor o “ser flexível”, ou seja, as formas e caminhos pedagógicos que utilizará enquanto metodologia e ferramenta de ensino.

Com isso, entender o desafio de ensinar os conteúdos do currículo e ajustar a metodologia às necessidades e capacidades do aluno, é uma forma de quebrar paradigmas pré-existentes, os quais resumem-se em processos históricos de exclusão, segregação e resistência.

Se antes a aprendizagem era centrada no professor, pois ele determinava o conteúdo, o estilo e o ambiente; a evolução tecnológica, as mudanças sociais e a democratização da sociedade causaram impactos no foco da aprendizagem. Atualmente, o foco está no aluno, no atendimento de suas necessidades [...] (SILUK, 2011, p. 21).

Ao romper essas barreiras conceituais e atitudinais pré-existentes no ambiente escolar, é possível tornar mais humanizado o processo de ensino? Entende-se que um processo de ensino alinhado às práticas humanizadas é necessário e fundamental, sendo por vezes o diferencial para o desenvolvimento da aprendizagem significativa, a qual

[...]deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação[...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos.

# I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Formar crianças para o convívio com as diferenças (Zoia, 2006, p. 23 apud MIRANDA & FILHO, 2012, p.28).

As diferenças (e/ou diversidades) mencionadas acima podem ser um termo mais “popular” na atualidade, porém já fazem parte do ambiente escolar há muitos anos e isso corrobora para a “abertura” de uma prática educativa humanizada e dialética.

Desde 1988 com a Constituição da República Federativa do Brasil, o Art. 3º, inciso IV afirma “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988), porém, a interpretação deste texto e, de tantos outros, falhou, quase que extinguindo-se na prática do sistema educacional, o que remete ao direito da educação.

A concepção da Educação Básica como direito vem acompanhada de duas outras dimensões, imprescindíveis para sua realização: a ideia de uma educação comum e a ideia do respeito à diferença. O conceito de comum se associa à noção de universal, coadunando com a perspectiva dos aprendizados de saberes válidos para toda e qualquer pessoa, na esteira da noção de patrimônio cultural que merece ser compartilhado. Articulado a isso, a noção de diferença também foi incorporada. (Santa Catarina, PCSC, 2014, p.53).

Todavia, a investida em reverter está indiferença não cessou. Leis, decretos e materiais afins foram publicados. Dentre eles, pode-se destacar a Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto 3.956 (2001); Resolução CNE/CP nº 1 (2002); Cartilha – O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes comuns da Rede Regular (2004); Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); Plano de Desenvolvimento da Educação (2007); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009); Plano Nacional de Educação (2011); Lei nº 12.764 (2012). Com isso, ao fazer apenas um recorte para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), define-se:

A atual Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva [...] surgiu a partir de um contexto de mudança de paradigma impulsionado pelo movimento de educação inclusiva. Ela é um marco no sentido de se compreender que a educação é para todos, de ressignificação e reestruturação dos serviços de Educação Especial que passam a estabelecer novas relações com a educação escolar comum (Santa Catarina, PCSC, 2014, p.71).

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM  
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO  
UFPA

PARCERIA

Curso de  
Pedagogia



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

# I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Nessa lógica, a prática pedagógica humanizada vai muito além do ato educativo, no sentido de abranger todo um enredo, seja educacional, social, moral e, sem dúvida, político. Espera-se (ou almeja-se) num processo de ensino humanizado a afetividade, sensibilidade, escuta qualificada para o acolhimento do aluno (e também família), pautando a atuação em uma ética nas relações de trabalho. Portanto, a empregabilidade da humanização remete também à atitude, a um modo de entender, fazer, ser e conviver com as pessoas. É como todo o sistema educacional entende as especificidades do aluno com deficiência e as formas de resolubilidade das demandas.

Assim, a humanização revela-se como um processo que envolve condições institucionais e pessoais, valorização e interesse pela história do outro. Todavia, para que essa utopia se concretize, pois na grande maioria das práticas educativas a concepção de humanização ainda esta em defasagem, segundo Simões e colaboradores (2007, p.440), são necessárias “transformações políticas, administrativas e subjetivas, necessitando da transformação do próprio modo de ver o usuário – de objeto passivo a sujeito”, neste caso, o aluno com deficiência.

De acordo com Oliveira, Collete e Viera (2006, p.281) ainda a força do diálogo:

A humanização depende da capacidade de falar e de ouvir, pois as coisas do mundo só se tornam humanas quando passam pelo diálogo com os semelhantes, ou seja, viabilizar nas relações e interações humanas o diálogo (...) como forma de conhecer o outro, compreendê-lo e atingir o estabelecimento de metas conjuntas que possam propiciar o bem-estar recíproco (OLIVEIRA, COLLET e VIEIRA, 2006, p. 281).

No entanto, entende-se que a mudança de comportamento, de hábitos, de práxis dialéticas gera insegurança e demanda tempo, desta forma, está pesquisa não se esgota aqui. Por hora, procurou-se apenas responder as questões introdutória, portanto, a partir do resgate bibliográfico este processo se consagra como uma ferramenta importante e uma forma facilitadora para o aprendizado em que o aluno com deficiência irá desenvolver-se nos aspectos afetivo, cognitivo, motor e social contribuindo para o desenvolvimento global.

Sendo assim, cabe ao sistema educacional a sensibilização ao oferecer um processo educativo igualitário e equitativo, respeitando as especificidades e procurando contribuir com cada um da melhor forma possível, buscando estratégias e alternativas pedagógicas para que todos os alunos tenham um processo de ensino aprendizagem exitoso.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM  
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO  
UFFS

PARCERIA

Curso de  
Pedagogia



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECO

Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECO



AMOSC  
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

# I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Ao finalizar esta pesquisa é possível concluir quão importante é o papel dos professores (porém ressalta-se que o processo educativo significativo não compete apenas a eles), mediando o aluno no processo educativo. Espera-se que este colabore para o entendimento e melhore práticas educativas, entendendo que cada aluno é um sujeito único com particularidades que precisam e devem ser respeitadas, não porque estão asseguradas em Lei, mas pelo respeito a cada ser humano e a diversidade.

**Palavras-chaves:** Aluno. Deficiência. Humanização. Processo Educativo.

### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Série C: Projetos, Programas e Relatórios, n. 20).

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O Livro das Religiões**. Tradução: Isa Mara Lando; Revisão Técnica e Apêndice: Flávio Antonio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Carina Camilo; GUZMAN, Soemis Martinez; BENEDETTO, Maria Auxiliadora Craice De; GALLIAN, Dante Marcello Claramonte. **Humanidades e humanização em saúde: a literatura como elemento humanizador para graduandos da área da saúde**. Interface (Botucatu). 2014; 18(48):139-50.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador, EDUFBA, 2012.

OLIVEIRA, Beatriz R. G.; COLLET, Neusa; VIERA, Cláudia S. **A humanização na assistência à saúde**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 14, n. 2, p. 277-284, mar./abr. 2006. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692006000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000200019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 abril de 2020.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM  
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO  
UFFS

PARCERIA

**Curso de  
Pedagogia**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

**Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação**



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ



# I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

## PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



SANTA CATARINA, Governo do Estado. Secretaria do Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica.** Estado de Santa Catarina, 2014.

SILUK, Ana Cláudia Pavão. **Formação de Professores para o atendimento educacional especializado.** Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

SIMÕES, Ana L. A. et al. **Humanização na saúde: enfoque na atenção primária.** Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 439-444, jul./set. 2007. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072007000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 jul. 2012.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM  
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO  
UFFS

PARCERIA

Curso de  
Pedagogia



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

